

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Javaé (conjaba) – Aldeias: Txuiri e Imotxi I.</p> <p>Local: Área aberta próxima a escola da aldeia Txuiri - Ilha do Bananal, município de Formoso do Araguaia.</p> <p>Data: 22 de setembro de 2025.</p> <p>Duração: 1 dia.</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderador (a): João Martins</p> <p>Relator (a): Ana Paula Mendes</p> <p>Facilitador (a) Gráfico: Não se aplica</p> <p>Tradutor: Matias Maruke Javaé</p> <p>Técnico (a) em Comunicação: Equipe Public</p> <p>Recreador (a): Sávio Danrley</p> <p>Articulador (a) Comunitário (a): Vantuíres Javaé</p> <p>Representante do Poder Público: Isabel Acker, Fabio Henrique, Srêwê Xerente (SEMARH) e Ricardo Javaé (SEPOT)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Ana Paula Mendes, Roseneide Caldeira, Ivan Guarani e Kohalue Karajá (Consultores TOCAR).</p>	
DIA 01: SEGUNDA, 22 DE SETEMBRO DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Junio B. O. Javaé (aldeia Txuiri) 2. Ricardo V. Javaé (Palmas) 	

3. ILEGÍVEL (aldeia Txuiri)
4. Rosângela de Oliveira (aldeia Txuiri)
5. Mirojane R. Oliveira (aldeia Txuiri)
6. Yago T. Castro K. (aldeia Txuiri)
7. Ivan Guarany (Palmas)
8. Francisco Daniel Castro (aldeia Txuiri)
9. Lindomarcos R. Silveira (aldeia Txuiri)
10. José Tehawna Javaé (aldeia Txuiri)
11. Emerson Javaé (aldeia Txuiri)
12. Wenemahiru h. Javaé (aldeia Txuiri)
13. Janildo Javaé (aldeia Txuiri)
14. Edmain (aldeia Txuiri)
15. Reinal dias (Anápolis)
16. Claudenor Custódio Dias (aldeia Txuiri)
17. Edmilson Rodrigues (aldeia Txuiri)
18. Clauvede (aldeia Txuiri)
19. Lucia d. Javaé (aldeia Txuiri)
20. Iasmin K. Javaé (aldeia Txuiri)
21. Leandro Manakuré Javaé (aldeia Txuiri)
22. Tatiana Karajá (aldeia Txuiri)
23. Siwaru Larissa (aldeia Txuiri)
24. Joice Mahike Javaé (aldeia Txuiri)
25. Jocian Javaé (aldeia Txuiri)
26. ILEGÍVEL (aldeia Txuiri)
27. Vando W. Javaé (aldeia Txuiri)
28. Tabuhana J. Javaé (aldeia Txuiri)
29. Alice Lawaruleru Javaé (aldeia Txuiri)
30. Darci M. Javaé (conjaba)
31. Matias Maruke Javaé (aldeia Txuiri)
32. Vantuíres (aldeia Txuiri)
33. Fabrício Javaé (aldeia Txuiri)
34. Waderexia Javaé (aldeia Txuiri)
35. Marcos Karajá
36. ILEGÍVEL (aldeia Txuiri)
37. Kurikalá Javaé (aldeia Txuiri)
38. Josué Javaé (aldeia Txuiri)

39. Idyawala (aldeia Txuiri)
40. Flavio Javaé (aldeia Txuiri)
41. Kohalue Karajá (SEPOT)
42. Josimar R. Javaé (aldeia Imotxi)
43. Naidi Javaé (aldeia Txuiri)
44. Carlo Javaé (aldeia Txuiri)
45. Malu Javaé (aldeia Txuiri)
46. Kosi Itai Javaé (aldeia Txuiri)
47. Edilson Javaé (aldeia Txuiri)
48. Marinalva Javaé (aldeia Imotxi)
49. Diwakuraru Javaé (aldeia Txuiri)
50. Gabriel Ribeiro Javaé (aldeia Txuiri)
51. Saira Sepedro (aldeia Txuiri)
52. Joana Dark (aldeia Txuiri)
53. Maria Helena (aldeia Txuiri)
54. Mônica Javaé (aldeia Imotxi)
55. Marcia Wadexika Javaé (aldeia Txuiri)

Abertura

A oficina participativa iniciou às 09H52.

João (moderador Plantuc), convida para iniciar a abertura o Cacique Cleyton (cacique aldeia Txuiri), Isabel (ponto focal do estado), Vantuíres (conjaba), Darci (conjaba), Marquinhos (ARPIT) e Ivan (SEPOT).

Cacique Cleyton (aldeia Txuiri): deseja as boas-vindas à equipe da SEMARH, à conjaba, à SEPOT e à ARPIT. Diz que esta é uma oportunidade importante para conhecer o programa e parabeniza pelo fato de a oficina estar acontecendo na aldeia, considerando este um momento de aprendizado e participação da comunidade. Ressalta a presença do intérprete, destacando que ele está ali para facilitar o entendimento. Afirma que, se necessário, as perguntas podem ser feitas em inñrybé, pois serão traduzidas para o português. Coloca toda a estrutura da aldeia à disposição para a realização da oficina.

Marquinhos Karajá (presidente da ARPIT): Apresenta-se e ressalta a importância da oficina. Diz que o papel do movimento indígena é acompanhar o programa. Comenta que já participou de seis formações, mas ainda tem dúvidas, pois o

conhecimento é sempre um processo em construção. Afirma que é necessário compreender o processo para tirar conclusões e destaca que é a primeira vez que o Estado está ouvindo as comunidades indígenas, respeitando as salvaguardas. Ressalta que agora o povo indígena tem o poder de discutir e tomar decisões futuras. Informa que será marcada uma reunião indígena com as lideranças para compreender melhor o processo e que trará a indígena Sinéia Wapichana, que trata de REDD internacional, para orientar os participantes com base nos interesses indígenas. Ressalta que é parceiro do Estado, mas que está ali para defender os interesses do povo indígena, e que o Estado deve cuidar dos seus próprios interesses.

Vantuíres (conjaba): deseja as boas-vindas à SEMARH, à SEPOT e à ARPIT. Comenta que as oficinas foram pensadas para acontecerem nas aldeias, citando como exemplo a oficina realizada em Boto Velho. Fala sobre a programação das próximas oficinas que serão realizadas nas aldeias Canoanã e São João nos dias e diz que é necessário compreender o JREDD+, pois é um programa grande que envolve todas as comunidades. Afirma que o objetivo é entender e tirar dúvidas. Informa que haverá almoço para incentivar a participação das mulheres e atividades recreativas para as crianças.

Darci (Articulador conjaba e cacique da aldeia São João): Apresenta-se como articulador da CONJABA e comenta sobre as falhas de participação da comunidade, que reclamam quando as reuniões são realizadas em Palmas e somente os caciques e lideranças participam. Diz que, quando as reuniões acontecem dentro da aldeia, muitas pessoas não comparecem e que esta reunião deveria ter iniciado às 8h. Ressalta que a comunidade precisa participar, aprender, fazer perguntas e aproveitar a oportunidade para falar sobre as necessidades da aldeia.

Equipe da SEMARH apresentam-se: Rose, Fábio e Srêwê. Dizem que estão para contribuir com a construção dos conhecimentos e se colocam à disposição da comunidade.

Ivan (consultor Tocar) apresenta-se como representante da SEPOT e explica que são consultores contratados pela TOCAR lotado na SEPOT, com interveniência da SEMARH, responsáveis por garantir as salvaguardas e o cumprimento da Convenção 169 da OIT. Comenta que participou da primeira reunião realizada na aldeia Boto Velho e que é importante desmistificar as “fake news” a respeito do

JREDD+. Explica que o programa está sendo construído de forma que o povo indígena compreenda, e que a participação das comunidades, das mulheres, dos estudantes e dos professores é fundamental. Ressalta que o programa ainda não está pronto e está sendo construído de baixo para cima, com a participação da comunidade.

Isabel (ponto focal do estado) apresenta-se, dá as boas-vindas e agradece a disponibilidade e a receptividade do cacique Cleyton (anfitrião), da conjaba e da ARPIT. Explica que o Estado entra nos territórios indígenas para ouvir e para compartilhar informações, mas também para construir, junto com as pessoas que vivem no território, um programa que seja pensado para as comunidades indígenas e com os territórios indígenas.

Rose (consultora Tocar), cumprimenta os presentes, deseja as boas-vindas e parabeniza Ivan pela fala. Comenta que esta é a 35ª oficina do programa e que, portanto, não se trata de uma iniciativa pequena. Cita a experiência do Estado do Acre, que já trabalha com REDD+ há 13 anos, e afirma que o Tocantins pode aprender com os erros cometidos lá, pois nenhum modelo é perfeito. Ressalta que as comunidades indígenas têm a oportunidade de construir uma história diferente e que o Tocantins será o primeiro estado do mundo a negociar créditos de carbono em nível jurisdicional. Pergunta quem ainda não ouviu falar sobre crédito de carbono e explica que é o mesmo carbono estudado na escola. Utiliza o exemplo das árvores do ambiente, dizendo que elas “puxam” o carbono pelas folhas para explicar o conceito de captura de carbono.

Matias (Tradutor) questiona qual é a diferença entre o gás e o vento.

Rose (consultora Tocar), responde que, no caso de uma fogueira, o vento distribui os gases na atmosfera, e faz analogias simples para facilitar o entendimento.

Matias realiza a tradução das explicações. Continua dizendo que a primeira experiência de REDD+ aconteceu no Acre e que o tema trata de gases que estão presentes em todas as coisas. Pergunta quando a aldeia foi fundada.

Vantuíres (conjaba): Responde que a aldeia foi criada em 1994 e que, antes disso, era apenas um retiro de não indígenas e que por isso tem algumas estruturas bem antigas.

Cláudio (aldeia Txuiri) e Cleyton (cacique Txuiri): complementam dizendo que a aldeia começou com 17 pessoas e que hoje vivem ali cerca de 205 pessoas.

Rose (consultora Tocar) faz uma analogia, dizendo que o tamanho da aldeia continua o mesmo, mas o número de pessoas aumentou. Compara com o planeta: o tamanho da terra não muda, mas o número de pessoas sim e, para sustentar essa população crescente, os recursos precisam ser bem administrados.

Professor Júnior (aldeia Txuiri): faz uma fala explicando aspectos do programa. Comenta que, na escola, há duas turmas que precisam ter aulas no pátio, porque não há salas suficientes. Relata também a falta de remédios e de equipamentos na UBS, além das situações de violência que, muitas vezes, são tratadas como “culturais”, mas que não são. Ressalta a preocupação com o fato de que, nas festas, os jovens têm acesso a bebidas alcoólicas e drogas, e que é preciso refletir sobre isso.

Rose (consultora Tocar): continua dizendo que há um programa em andamento que trará recursos financeiros para apoiar ações dentro do território. Explica que “um pessoal sabido” transformou o gás em dinheiro (“ynherú”) e que essa conversa começou em 1992, pois o planeta está em constante crescimento as pessoas precisam se alimentar, vestir e consumir, e as florestas foram as primeiras a serem sacrificadas em nome do desenvolvimento econômico. Diz que, a partir disso, os cientistas começaram a pensar em dar valor às degradações ambientais. Pergunta como era o território Javaé antes.

Joice (aldeia Txuiri): responde dizendo que o rio não secava a ponto de desaparecer e que, hoje, muitos peixes também morrem.

O que é o JREDD+

Rose (consultora Tocar): retoma a fala, explicando que os rios são de competência do Estado e que, antigamente, o Estado pagava para manter os rios. Comenta que, em 2005, surgiu a primeira tentativa de REDD. Explica que o JREDD+ é uma “cartilha” que os governos e as empresas estão usando para incentivar o controle das mudanças climáticas. Diz que o significado é Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa, sendo “R” de redução, “E” de emissões de gases de efeito estufa,

o primeiro “D” de Desmatamento e o segundo de “D” de Degradação, que no caso do Tocantins significa fogo.

Matias (Tradutor): faz a tradução para inĩrybé da explicação.

Professor Júnior (aldeia Txuiri): contribui reforçando os conceitos sobre o que é o REDD+ em inĩrybé.

Rose (consultora Tocar): retoma a fala e aprofunda o conceito de JREDD+.

Explica que o programa tem o objetivo de reduzir as consequências do desmatamento e da degradação. Ressalta que as comunidades indígenas não desmatam nem degradam, mas mesmo assim sofrem os efeitos globais das mudanças climáticas, porque as consequências são compartilhadas por todos. Conta que, em 2005, o REDD olhava apenas para o desmatamento, o que se mostrou ineficiente. Em 2007, passou-se a pensar em formas de incentivar as comunidades, acrescentando o “+” à sigla, para contemplar os “guardiões” e as “barreiras de proteção” das florestas. Explica que o JREDD+ não se limita às comunidades tradicionais, pois os fazendeiros vizinhos também continuam produzindo dentro da lei. Enfatiza que o programa deve promover ações sustentáveis, já que todos compartilham as consequências do aquecimento global. Conclui dizendo que o JREDD+ é uma forma de incentivar os esforços coletivos por meio do “ynherú” (recursos financeiros).

Darci (cacique aldeia São João) e Cláudio (aldeia Txuiri): fazem falas na língua indígena inĩrybé sobre o programa.

Matias (tradutor): questiona se o JREDD+ foi criado no Brasil ou fora do país.

Rose (consultora Tocar): responde que a primeira reunião foi realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, durante a COP de 1992, com a participação de diversos países do mundo, e que se trata de uma regra internacional adaptada à realidade brasileira.

Cacique Cleyton (aldeia Txuiri): diz que essa discussão sobre o JREDD+ não é nova, pois já participou de debates sobre o tema em Manaus. Afirma que as mudanças climáticas são a base do JREDD+ e que elas são causadas, principalmente, por grandes empresas internacionais, que intensificaram os impactos ambientais. Destaca que as comunidades indígenas sempre buscaram o bem-estar coletivo e atuam de forma sustentável, para que os recursos naturais não

faltem. Afirma que os verdadeiros mantenedores das ações de sustentabilidade e preservação são os povos indígenas, pois as terras indígenas são as áreas onde as florestas permanecem em pé. Ressalta que os povos indígenas ainda não acessam os recursos provenientes dessas ações. Explica que o JREDD+ foi criado com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e que o Estado não consegue desenvolver projetos de JREDD+ sem a participação das terras indígenas, pois são elas que mantêm as áreas preservadas. Afirma que o Estado não pode acessar esses recursos sem considerar as terras indígenas e que os valores recebidos servem para compensar um trabalho que já vem sendo feito há muito tempo, o trabalho de conservação e redução de impactos ambientais dos povos indígenas. Ressalta que agora o Estado abriu esse diálogo para discutir como será feita a repartição de benefícios, validando a consulta e promovendo debates de entendimento. Comenta que há desconfiança por parte das comunidades indígenas, mas reforça que o carbono é um recurso pelo qual governos e empresas pagam para compensar a poluição que causam, e que esse é o momento de os povos indígenas serem inseridos nesse processo. Diz ter dúvidas sobre a forma de repartição dos benefícios, mas parabeniza o Estado por levar o debate às comunidades. Finaliza afirmando que os indígenas são dignos de receber por realizarem ações de preservação e conservação que beneficiam toda a sociedade.

Vantuíres (conjaba): contribui dizendo que, embora os indígenas não desmatem, a Terra Indígena sofre com incêndios, que também são formas de degradação ambiental. Cita como exemplo a “Mata do Mamão”, que há dez anos era extensa e hoje está bastante reduzida, principalmente pelos incêndios. Convida todos a refletirem sobre ações que possam reduzir o desmatamento e as queimadas.

Rose (consultora Tocar): explica que o dinheiro que o Estado está tentando trazer ainda não chegou, e será destinado a políticas públicas voltadas para melhorar o bem-estar coletivo. Ressalta que esses recursos não são individuais, ou seja, não serão pagos a pessoas físicas, mas sim aplicados em ações comunitárias (CNPJ's). Cita o projeto de REDD+ na Ilha do Bananal como exemplo de iniciativa em andamento.

Professor Júnior (aldeia Txuiri): complementa dizendo que o projeto não é o da Biofix, explicando que já houve reuniões com essa empresa, mas que ela não cumpriu o que prometeu, motivo pelo qual há desconfiança das comunidades.

Marquinhos (ARPIT): reforça que recebeu a orientação de acompanhar o JREDD+ e informa que o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público Federal (MPF) e a FUNAI também estão acompanhando o processo. Afirma que, mesmo havendo projetos de REDD privados, as comunidades estão aptas a receber os benefícios. Explica que a decisão de aceitar ou não participar é de cada povo e que podem mudar de ideia após o entendimento completo do processo, citando o exemplo dos indígenas do Acre. Diz que este é um momento importante e que todos têm o direito de se expressar, inclusive em inĩrybé. Ressalta que o JREDD+ é um recurso voltado para melhorar as comunidades, tanto nas questões ambientais quanto sociais. Afirma que a equipe tem a responsabilidade de levar as demandas que não estão contempladas pelo JREDD+, e que os recursos vêm para complementar as ações que o Estado já realiza. Cita como exemplo o fortalecimento das brigadas de incêndio, que poderiam ser remuneradas durante todo o ano e utilizadas para formação e capacitação continuada. Convida todos a pensarem de forma coletiva, mencionando a Feira de Sementes do povo Krahô como exemplo de ação que valoriza a cultura e as tradições. Diz que as comunidades indígenas compartilham as consequências das mudanças climáticas com os “*tory*” (não indígenas) e cita a alimentação como um dos desafios comuns. Afirma que não concorda com a forma atual da repartição de benefícios, e reforça que os indígenas são maioria no território estadual, devendo ser reconhecidos como os maiores protetores das florestas. Informa que está sendo elaborado um documento sobre segurança alimentar e segurança territorial para ser apresentado na COP 30, e destaca que os povos indígenas não precisam de cientistas para ensinar sobre preservação, pois já possuem saberes milenares reconhecidos mundialmente sobre conservação e sustentabilidade.

Rose (consultora Tocar): encerrando as falas, explica que o programa envolve diversos atores e que o olhar é para o Estado como um todo. Retoma a pergunta feita pelo Professor Júnior e volta a falar sobre o Projeto Ilha do Bananal+, que é um projeto privado. Explica que, para um projeto gerar resultados, é necessário investimento financeiro, e que o projeto da Biofix ainda não trouxe recursos. Faz uma analogia com o ninho de galinha, dizendo que o projeto privado da Biofix está “aninhado” dentro do projeto jurisdicional do Estado. Ressalta que o Estado não

receberá benefícios diretamente da Biofix, mas que haverá uma junção de forças entre os dois projetos. Afirma que, ao contrário do que se pensa, as comunidades poderão receber benefícios do projeto jurisdicional (JREDD+), que é mais amplo e abrange todo o território estadual.

Repartição de Benefícios

Fabio (ponto focal do estado): inicia falando sobre os períodos de referência e de creditação. Onde os períodos de referência foi entre 2015 e 2019, onde os índices marcaram emissão de gases de efeito estufa na ordem de 69 milhões de toneladas de carbono; e os períodos de creditação (reduções) entre: 2020 (2,3 milhões), 2021, 2022 (6,6 milhões), e que 2023–2024 estão em análise. Destaca o mecanismo de aninhamento da Biofix para evitar venda duplicada de créditos de carbono.

Vantúres (conjaba): diz que está sendo falado sobre os cálculos, como o recurso virá e como será calculado, considerando a área queimada e a floresta em pé para se obter o resultado. Explica também quantos créditos serão gerados e como os benefícios serão divididos.

Fabio (ponto focal do estado): retoma citando a venda de artesanato como exemplo para evitar a venda em duplicidade dos créditos sendo o crédito privado e o crédito jurisdicional e explica que o período de creditação da Biofix é, em parte, diferente do jurisdicional. Menciona as degradações na Ilha do Bananal e os incêndios que liberam grandes quantidades de gases, destacando que o Estado emite mais gases de efeito estufa por degradação do que por desmatamento, e que os cálculos são feitos com base nas emissões totais.

Kohalue (consultor Tocar) e Matias (tradutor) contribuem com a tradução para a língua inĩrybé.

Fabio (ponto focal do estado): diz que, para negociar, é preciso transformar o carbono em crédito de carbono e explica que 1 tonelada de carbono equivale a 1 crédito de carbono. Ressalta que existem vários tipos de créditos de carbono, e que cada tipo é calculado com um valor diferente.

Ricardo (SEPOT) contribui com a tradução para inĩrybé sobre a repartição de benefícios.

Vantuíres (conjaba) questiona se o custo das oficinas sai dos 50% referentes ao Estado. Ele comenta que, no caso da Biofíx, o custo foi dividido com as comunidades, sendo 50% Biofíx e 50% comunidades.

Fabio (ponto focal do estado): confirma que os custos das oficinas serão descontados da parcela do Estado.

Srêwê (ponto focal do estado): contribui fazendo um resumo das questões levantadas pela manhã. Explica o envolvimento dos atores presentes no programa e frisa o papel da Biofíx enquanto empresa privada, comparando-a a um atravessador “que pega o peixe e coloca para venda ao comprador”. Ressalta que o recurso não entrou porque a empresa afirma que não realizou a negociação. Aponta a diferença com a proposta do Estado, que está sendo discutida para garantir que o programa esteja de acordo com as legislações vigentes, e destaca a presença de pessoas das comunidades dentro do processo, acompanhando todas as etapas o que não ocorre no caso da Biofíx. Fala sobre a importância da transparência no processo e lembra que o programa é uma política pública do Estado do Tocantins. Faz uma analogia com um plano de saúde para exemplificar o tipo de política pública que está sendo proposta. Comenta também que a oficina é um momento de encontros e discussões.

Fabio (ponto focal do estado): cita os programas do Amazonas e do Mato Grosso, e diz que a metodologia usada no Estado é baseada em estoque e fluxo, identificando as categorias fundiárias do Tocantins.

Vantuíres (conjaba) pergunta como são tratadas as áreas sobrepostas.

Fabio (ponto focal do estado): responde dizendo que a análise é feita pela proporção de predominância, para o cálculo do estoque de floresta. Retomando o explica que é considerado 50% de redução e 50% de floresta em pé, chegando-se à proposta do Estado de: 50% dos recursos para fortalecimento institucional, 25% para o PIQPCTAF e 25% para os produtores rurais.

Vantuíres (conjaba): complementa dizendo que o apresentado é uma proposta inicial e que haverá outros espaços de discussão na consolidação e na audiência pública. Ressalta também o elevado número de áreas degradadas no território da Ilha do Bananal.

Fabio (ponto focal do estado): menciona que o tema do acesso aos recursos será abordado no período da tarde.

Intervalo para o almoço: das 12h20 às 14h04.

Isabel (ponto focal do estado): retoma a fala explicando sobre a narrativa da repartição de benefícios, que surgiu antes do início das atividades. Faz um esclarecimento, afirmando que o JREDD+ não é uma premiação, mas sim um incentivo para a mudança de ações que prejudicam o meio ambiente.

Governança

Isabel (ponto focal do estado): diz que os recursos do JREDD+ irão para o Fundo Clima e que o JREDD+ não vai resolver todas as questões pendentes, mas é uma forma de acesso para situações pontuais voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa e ao combate às mudanças climáticas, pois os territórios fortalecidos funcionam como barreiras contra a degradação. Para que essas decisões sejam tomadas em conjunto, fala sobre a governança como instrumento de tomada de decisões. Fala sobre o COEMA, fazendo analogia com o conselho de educação, e explica que no COEMA estão vários órgãos que pensam e desenvolvem a política pública ambiental do Estado. Cita a CEVAT como grupo de trabalho dentro do COEMA, destacando que a CEVAT acompanha, avalia, monitora, fiscaliza e garante a transparência. Explica que dentro da CEVAT estão presentes 15 órgãos, como: FUNAI, MPE, NATURATINS, COEQTO, FETAET, SEMARH, SEAGRO, etc.

Vantuíres (conjaba): sugere que o MPF esteja presente na CEVAT, pois trata de pautas indígenas.

Isabel (ponto focal do estado): diz que o órgão pode solicitar entrada na CEVAT.

Vantuíres (conjaba): diz que irá sugerir na consolidação para que o órgão seja incluído.

Isabel (ponto focal do estado): continua falando sobre os projetos que serão submetidos pelos indígenas para acessar os recursos do Fundo Clima. Reafirma que o Estado não gera crédito de carbono, mas sim um resultado de emissão que está em processo de creditação. Faz analogia com o documento de um moto para

exemplificar a aplicação dos recursos, e ressalta que a oficina também é o momento em que as comunidades indicam quais ações são importantes, para que essas sejam usadas na elaboração dos editais.

Vantuíres (conjaba): contribui dizendo que o Estado terá 50% dos recursos para fortalecimento das instituições estaduais, e que é importante se atentar ao levantamento das ações para não incluir demandas que já são obrigações do Estado, pois o recurso é limitado. Pede para registrar que os Javaé não concordam com a repartição de benefícios e apresentaram uma contraproposta sobre a repartição de benefícios.

Isabel (ponto focal do estado): explica a ajuda-memória como sendo um resumo das atividades mais pontuais da oficina, onde serão incluídas as ações importantes e a assinatura de todos. Retoma o tema da governança, falando sobre a Embrapa, que está na composição como entidade de pesquisa e desenvolvimento voltado ao desenvolvimento sustentável.

Ouvidoria

Isabel (ponto focal do estado): questiona o que os participantes entendem sobre ouvidoria.

Vantuíres (conjaba): diz que na educação há a fala indígena, e que no JREDD+ existe a ouvidoria como canal de comunicação, para busca de informações, críticas e elogios. Aponta os contatos: e-mail, WhatsApp, entre outros, e ressalta que a ouvidoria está ativa há mais de um ano, recebendo principalmente solicitações de informação.

Srêwê (ponto focal do estado): contribui dizendo que o MPF é órgão parceiro e acompanha o processo desde o início, sendo importante compartilhar informações com todos por meio de grupos e conversas.

Matias (tradutor): contribui com tradução para o inĩrybé.

Professor Junior (aldeia Txuiri): questiona sobre a chegada do recurso via edital, como será e contribui com a tradução para o inĩrybé, explicando que é necessário ler os editais e entendê-los para submetê-los.

Ricardo (SEPOT): contribui com a tradução da governança para inĩrybé.

Vantuĩres (conjaba): fala sobre a UGP (unidade gestora de programa), que será um núcleo de apoio para a elaboração dos projetos, considerando que a maioria das organizações indígenas está irregular e sem capacidade de participar de projetos.

Srêwê (ponto focal do estado): contribui ressaltando que o acesso será feito através de associações, e que a língua está sendo considerada nesse processo.

Isabel (ponto focal do estado): diz que uma das possibilidades é a formação dos próprios indígenas para acessar os recursos, garantindo autonomia na execução dos projetos destinados aos indígenas, e ressalta o apoio da UGP para a elaboração dos projetos.

Professor Junior (aldeia Txuiri): contribui com tradução para inĩrybé.

Srêwê (ponto focal do estado): contribui falando sobre a parcela do recurso que será destinada ao Estado, ressaltando o fortalecimento institucional.

Isabel (ponto focal do estado): complementa a fala do Srêwê, dizendo que um dos indicados pela COEQTO não mora em Palmas e necessita de apoio para transporte, e que, como Estado é o proponente, precisa garantir a participação.

Marquinhos (ARPIT): diz que os conselhos não podem tomar decisões sem que o grupo ao qual pertencem opine, e manifesta preocupação com a forma de aplicação das políticas públicas dentro do recurso do JREDD+, específico para o programa. Afirma que essas propostas precisam surgir das comunidades, e que o JREDD+ não resolverá todos os problemas do Estado e das comunidades.

Isabel (ponto focal do estado): diz que a escuta é para que as comunidades indiquem quais ações devem ser priorizadas dentro do Estado.

Salvaguardas

Isabel (ponto focal do estado) retoma dizendo que para garantir que os recursos sejam utilizados da maneira correta, existem as salvaguardas. Explica que as salvaguardas de Cancún, tem esse nome pois foram publicadas naquela cidade. Cada ano, a COP ocorre em uma cidade diferente. A COP de Cancún discutiu as regras das salvaguardas e tem o objetivo de garantir aspectos socioambientais. **A)**

Coerência com os Objetivos dos Programas Florestais Nacionais e Internacionais. Diz que a oficina na aldeia foi solicitada pela Conjaba e esse direito é garantido pelas salvaguardas. O estado está cumprindo a salvaguarda A). Sobre a definição de CLPI: é livre porque o estado oferece condições para participação, é prévia porque o crédito ainda não foi creditado, o programa está em construção junto com os povos indígenas, e é informada porque o estado está divulgando sobre o programa que está em construção."

Isabel (ponto focal do estado) explica a salvaguarda **B)**: As estruturas de governança devem ser transparentes e eficazes, o que significa que todos saibam como as ações estão sendo realizadas, que haja diálogo com as representações, e condições para reuniões e tomadas de decisão."

Srêwê (ponto focal do estado): contribui com salvaguardas, falando sobre o controle de monitoramento e que esse valor é caro, e que os dados são necessários para que os indígenas possam argumentar com as pessoas.

Vantuíres (conjaba): diz que, dentro de todos os arranjos, há segurança para o projeto. Cita a mudança do governo e da secretaria proponente do projeto, dizendo que, independentemente das mudanças, o programa continua.

Isabel (ponto focal do estado): cita o exemplo do Acre, com 13 anos de implantação, onde houveram várias mudanças de governo e um caso em que o governo quis desfazer o REDD+, mas a governança (CEVA) conseguiu sustentar o programa.

Marquinhos (ARPIT): contribui dizendo que é política de Estado e não de governo, e que o Fundo Clima está sendo monitorado por vários atores. Afirma que só estamos aqui por se tratar de política de Estado; se fosse política de governo, teria sido interrompida junto com a mudança do governo.

Isabel (ponto focal do estado): pergunta se alguém já participou do PPA, explicando que é um planejamento de 4 anos para definir como o recurso será direcionado. Afirma que as principais demandas costumam ser de educação, saúde e segurança, e que o meio ambiente muitas vezes não é prioridade, ficando para depois. Ressalta que o Fundo Clima permanece independente do governador.

Isabel (ponto focal do estado): continua com a salvaguarda a salvaguarda **C)**: Respeito pelo conhecimento dos povos. Nenhum projeto de JREDD+ pode

desrespeitar os modos de vida e conhecimentos tradicionais, nem violar qualquer legislação indigenista. Como exemplo, a roça de toco que é conhecimento tradicional que respeita a floresta nativa e o cerrado, ou seja, envolve manejo florestal. Não haverá proibição ou restrição do modo de vida tradicional.

Isabel (ponto focal do estado) explica a salvaguarda **D**): A participação deve ser plena e efetiva para todas as partes interessadas, incluindo povos indígenas e quilombolas. O estado propõe uma estrutura de política pública que precisa da participação de todos para ser eficaz.

Isabel (ponto focal do estado) ressalta que as salvaguardas tratadas anteriormente estão relacionadas à parte social, enquanto as salvaguardas posteriores tratam do meio ambiente.

Isabel (ponto focal do estado) explica a salvaguarda **E**): Ações consistentes com conservação das florestas naturais e diversidade biológica, incentivando a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos. Cita-se o exemplo de um projeto, que iria plantar eucalipto. Isso não é possível, pois precisamos respeitar a floresta nativa. O Código Florestal regula o que pode ou não ser feito, e o JREDD+ não financia ações que degradam o meio ambiente, não estando acima de outras legislações.

Marquinhos (ARPIT): cita tipo de venda de crédito de carbono que aluga uma determinada área por determinado tempo e que após o período de compensação, aluga a mesma área para outro cliente E diz que fez contato para entender o funcionamento do projeto.

Rose (consultora Tochar): diz que é possível ter floresta, agricultura e bovinocultura na mesma área, por meio do manejo sustentável. Explica que o que Marquinhos está falando se refere a um comércio que está crescendo, e que é necessário manejar os recursos naturais de forma equilibrada, garantindo produção sem prejudicar o ambiente. Afirma que o JREDD+ não vai impedir o modo de vida das comunidades indígenas. Cita a criação de gado de modo sustentável, combinando floresta, pecuária e agricultura.

Vantuíres (conjaba) diz que ouviu falar que, com o projeto JREDD+, seria preciso retirar o gado da ilha, mas explica que o manejo utilizado é de capim natural, ou seja, usam recursos naturais, e que o JREDD+ não vai impedir a caça e a pesca.

Rose (consultora Tocar): afirma que todos os projetos do JREDD+ incluem bovinocultura, e reforça o papel da Embrapa para elaborar métodos sustentáveis.

Isabel (ponto focal do estado) retoma a salvaguarda **F)**: Evitar riscos de reversões de resultados de JREDD+ (aumento do desmatamento e degradação) e diz que é necessário calcular os riscos de projetos financiados pelo JREDD+, pensando se ações pontuais não trarão consequências negativas futuras. Como exemplo, cita a criação de campo de futebol no local onde seria uma nascente de água. A salvaguarda **G)** Ações para reduzir o risco de deslocamento de emissões de carbono para outras áreas (risco de reversão), explica que: Se o setor agro produtivo não estiver no mesmo nível de entendimento, os atores envolvidos podem migrar de lugares, o que resultaria em aumento do desmatamento. É necessário diálogo com todos os atores. "O JREDD+ não vai deixar ninguém rico nem resolver todos os problemas do estado. Como disse a Rose, o JREDD+ é uma ponte: não resolve todos os problemas, mas é um passo para ações de preservação e sustentabilidade, sendo um recurso para dar esse passo."

Kohalue (consultor Tocar) e Ricardo (SEPOT): contribuem com traduções sobre as salvaguardas.

Ricardo (SEPOT): traz fala sobre uma fala da Biofix, onde seria proibido caçar e pescar, e disse aos parentes que não, que estão respeitados pelas salvaguardas.

Marquinhos (ARPIT) ressalta que, por terem sido criadas internacionalmente, têm confiança nas salvaguardas.

Isabel (ponto focal do estado): apresenta o cacique Josimar da Imotxi I, que chegou à tarde.

Cacique Josimar (aldeia Imotxi I): se apresenta e diz que não foi possível estar presente pela manhã, por estarem participando de outro evento na aldeia Fontoura, mas que estão presentes para participar.

João (moderador Plantuc): diz que estão no caminho para entender o que é JREDD+, e sugere que os participantes tirem fotos dos painéis de facilitação gráfica para compartilhar com os demais. Retoma a repartição de benefícios de maneira sucinta, e diz que, por ser um processo participativo, é hora do povo inã indicar quais são os principais projetos e demandas para a aplicação dos recursos. Propõe um cochicho para que os participantes conversem e anotem as principais ações necessárias para o território.

Professor Junior (aldeia Txuiri): solicita explicação sobre a duração dos recursos e como será a venda dos créditos, perguntando sobre a frequência.

João (moderador Plantuc): responde que há projetos de ações e iniciativas diferentes, e que a duração será de acordo com as ações.

Rose (consultora Tocar): diz que o edital definirá o tempo do projeto.

Isabel (ponto focal do estado): responde sobre a frequência de venda dos créditos, explicando que, segundo o artigo 3º, a creditação ocorre de 5 em 5 anos, sendo 5 anos de referência e 5 anos de creditação, onde o comparativo gera os créditos. Explica que o Estado está trabalhando com resultados que já aconteceram, sendo referência de 2015 a 2017 e período de creditação de 2020 a 2024, e que o próximo ciclo será de 5 anos para frente.

Rose (consultora Tocar): faz analogia com a venda de farinha de mandioca, e diz que o recurso não será disponibilizado de uma única vez, por isso é construído um plano de investimento, que será definido na audiência pública. Ressalta que está sendo vendido o resultado que já existe.

Os participantes foram divididos em grupos para discutirem as ações importantes. Após o levantamento das ações importantes, João (moderador Plantuc) reforça sobre a consolidação das ações na consolidação que será realizada dia 25/09.

Srêwê (ponto focal do estado) retoma para a escolha da entidade representativa.

Vantúres (conjaba): diz que precisa ser uma entidade que represente todo o Estado, e que, na oficina da Boto Velho, ficou encaminhado que seria a ARPIT. Explica que não necessariamente será o Marquinhos, mas que a escolha é sobre a representatividade da entidade na cadeira.

Marquinhos (ARPIT): diz que a ARPIT é a única entidade representativa apta a ser indicada, e cita outras etnias que estão compondo a administração da ARPIT. Afirma que há recursos para fazer cursos com as lideranças.

A entidade representativa escolhida foi a ARPIT.

Rose (consultora Tocar): faz um resumo sobre o dia, parabenizando a comunidade.

Isabel (ponto focal do estado): explica novamente a ajuda-memória e convida a professora Joice (aldeia Txuiri) para fazer a leitura.

Após a leitura, ocorreu a assinatura da ajuda-memória, entrega dos certificados, entrega de um boné e foto oficial.

Vantuíres (conjaba): comunica que ficou decidido 10 vagas para Txuiri e 3 vagas para Imotxi I, que irão para a consolidação em Formoso do Araguaia.

Srêwê (ponto focal do estado) faz os agradecimentos finais.

A oficina foi finalizada às 18h20.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

(1) GERAÇÃO DE RENDA

- Oficinas e cursos profissionalizantes (estética, cabeleireira, manicure);
- Horta comunitária (insumos e transporte);
- Insumos e equipamentos para roça: sementes, irrigação, trator, cavadeira, foice, cerca;
- Bovinocultura (cria, cria e engorda);
- Apicultura, avicultura, piscicultura, suinocultura;
- Marcenaria e artesanato com aproveitamento de madeira morta;
- Casa de farinha;
- Fortalecimento do turismo;
- Criação de site para divulgação e venda de artesanato.

(2) FORTALECIMENTO CULTURAL

- Oficina de cultura para crianças (pintura, artesanato);

- Oficina de artesanato (miçanga, penas, palha, acessórios utilizados em festas);
- Extração de óleos naturais (tucum, buriti, banha de tartaruga);
- Construção de centro de eventos;
- Valorização dos pajés (remuneração);
- Fortalecimento da medicina tradicional.

(3) FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES

- Formação para mulheres criarem associação;
- Fortalecimento institucional para associações (prestação de contas, administrativo, cursos profissionalizantes).

(4) MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO

- Contratação de agentes ambientais comunitários;
- Veículos e combustível para monitoramento;
- Capacitação para monitoramento do território;
- Brigada permanente de prevenção e combate aos incêndios florestais;
- Construção de viveiros para reflorestamento de áreas degradadas;
- Quadra de esportes e parquinho;
- Iluminação para campo de futebol;
- Construção de quadra esportiva com campo gramado.

(5) RESPONSABILIDADES DO ESTADO:

- Distribuição de renda para cada família indígena (salário mínimo);
- Infraestrutura para construção de banheiros;
- Abertura e melhoria de acessos (estradas);
- Construção e melhoria das moradias nas aldeias (atender as necessidades locais);
- Ampliar e modernizar o sistema de abastecimento de água e saneamento básico.

Avaliações e resultados da oficina

De acordo com as percepções dos participantes, a oficina foi avaliada de forma positiva. O encontro consolidou-se como um espaço de diálogo e construção coletiva, promovendo a troca de saberes tradicionais e a valorização das

experiências locais. Os objetivos estabelecidos foram plenamente alcançados, contemplando a discussão de todos os temas propostos, a definição das ações prioritárias.

Além disso, a oficina contribuiu significativamente para o fortalecimento da participação social nos processos de tomada de decisão e para o aprimoramento da integração entre comunidades, instituições e órgãos parceiros.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEGUNDA, 22 DE SETEMBRO DE 2025



Boas vindas (facilitação gráfica)



Credenciamento



Apresentação: repartição de benefícios



Apresentação: governança



Apresentação salvaguardas



Assinatura ajuda memória e entrega de certificados.